



Entre avanços e retrocessos: o que esperar da Política Nacional sobre Drogas do Brasil?

Between advances and setbacks: what to expect from the National Drug Policy in Brazil?

Ronaldo Martins Gomes¹
João Mauricio Gimenes Pedroso²
Thalles Vichiato Breda³

O uso de substâncias psicoativas, comumente chamadas nos meios de comunicação de “drogas”, isto é, elementos naturais ou sintéticos que propiciam experiências passageiras de alteração da percepção e do humor, é, segundo Escohotado (1998), um fenômeno comum na história social dos diferentes povos ao longo da história das sociedades. Mas, desde meados do século XIX até os dias atuais, alguns psicoativos como o ópio, a cocaína, a heroína e a maconha (hoje regulada em alguns países) passaram a ter sua produção, posse, comercialização e uso como objeto de interdição por parte do Estado. Com isso, diferentes legislações com caráter fortemente punitivista deram aos psicoativos classificação de “problema social”, a ser tratado por meio de regime jurídico de perseguição e punição legal. Emerge assim na história social dos povos, a política de guerra às drogas, amparada no discurso médico/legal e que tem, como “ pano de fundo”, os padrões da moralidade única do pensamento judaico-cristão.

No Brasil, a “questão das drogas” seguiu o roteiro proibicionista/punitivista e constituiu seu próprio modelo por meio de diferentes legislações ao longo do século XX, todas destinadas a manter o ciclo de perseguição legal e encarceramento. No ano de 1998, durante o segundo governo de Fernando

¹ Bacharel em Direito (FADISC), mestre e doutor em Educação (PPGE/UFSCar), doutorando em Ciências Sociais (PPGCSO/UNESP), realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPD/PPGS/UFSCar). E-mail: ronaldogomes@ufscar.br. ORCID: 0000-0002-3832-8525.

² Bacharel em Psicologia pela UFSCar em 2013, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. E-mail: psicojoao91@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6152-9667.

³ Editor-chefe da Áskesis – Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e Doutorando em Sociologia pela mesma instituição. E-mail: thallesvbreda@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5584-3003



Henrique Cardoso (PSDB) foi a criada Secretaria Nacional Antidrogas. Posteriormente, no ano de 2006, no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi implementado no Brasil o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas norteado pela Lei 11.343/2006, que se constituiu como a Política Nacional sobre Drogas do Brasil (PNAD).

Esta legislação manteve o modelo de perseguição e punição legal ao produtor/vendedor (atacado e varejo) e o usuário, retirando deste último a pena restritiva de liberdade, conforme o controverso Art. 28 da referida Lei 11.343/2006. Tal legislação se caracterizou como política pública de redução da oferta de drogas, que não se deve confundir com a Redução de Danos, e muito embora ainda fosse uma normatização passiva de fundadas críticas como, por exemplo, o grau de arbitrariedade do referido Art. 28.

Mas, com a ascensão do conservador Michel Temer (MDB, antigo PMDB) após o Golpe político-jurídico de 2016, os anêmicos avanços logrados sobre a “questão das drogas” passaram a sofrer retrocessos até que, em 2019, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) é promulgada a Lei 13.840/2019, como o objetivo de dar uma “repaginada” no padrão surgido em meados do século XIX.

Nesse sentido, levando em consideração o ofício das Ciências Humanas e Sociais a respeito do fomento de pesquisas, discussões, estudos e investigações e considerando a relevância social do “problema das drogas”, sua necessidade de tratá-lo sob outros enfoques, para além da abordagem médico/legal e de sua base de moral única, lançamos a edição da Revista *Áskesis* apresentando o Dossiê intitulado **Entre avanços e retrocessos: o que esperar da Política Nacional sobre Drogas do Brasil** coordenado pelo Dr. Ronaldo Martins Gomes e pelo mestrando João Maurício Gimenes Pedrosa, para dar a conhecer ao público alguns estudos e investigações que poderão contribuir na construção de outro horizonte para a velha “questão das drogas” no Brasil.

Os textos selecionados para o **Dossiê** facilitam o entendimento sobre quais tem sido os resultados e os desdobramentos sociais que ocorrem em função desta política.

O primeiro artigo do Dossiê, **Drogas ilícitas como ameaça à vida: perscrutando as representações de estudantes universitários**, de Jefferson da Silva Moreira e Daniella Oliveira da Silva, colabora para a compreensão sobre importância da criação de diálogo em espaços universitários e a percepção dos estudantes.

No artigo **Política Nacional Sobre Drogas: uma análise da crença que permeia a lógica carcerária e a população atingida**, a autora Kênia Rodrigues Mattos coloca os holofotes sobre a Lei nº 11.343 de 2006 para refletir sobre as consequências que essa Política Nacional de Drogas vinha trazendo em relação à criminalização e ao encarceramento das classes sociais mais pobres, compostas por pessoas negras e jovens.

O texto de Cláudio Roberto de Jesus e Isabela Bentes Abreu Teixeira,



A hegemonização do proibicionismo brasileiro: a disputa em torno do consenso sobre as drogas, vai em direção semelhante, chamando a atenção à leitura de que a promoção de estratégias repressivas e punitivas colabora para a manutenção do controle do sistema capitalista sobre as camadas mais pobres da sociedade brasileira.

Tatiane Berton, Michelle Monteiro, Alessandra Pereira e Araci Luz fazem uma revisão sistemática sobre educação, uso de drogas e prevenção ao abuso de drogas, por meio da Educação Preventiva Integral no artigo **Prevenção do abuso de drogas e a educação: distanciamentos e aproximações**, discutindo a importância na valorização da complexidade do ser humano como ponto de partida para o diálogo.

Pensando acerca das especificidade do estado do Maranhão, as autoras Ana Luísa Naslausky, Wellington Conceição e Beatriz Brandão discutem sobre como a mídia incide sobre a opinião pública sobre o uso de drogas, em seu sentido criminalizante, no texto **Proibicionismo brasileiro e seus desdobramentos: a moralidade na opinião pública e o papel da mídia maranhense**.

Fabio Lopes, em seu artigo **Políticas sobre drogas e modelos de atenção em saúde: desafios e perspectivas**, faz uma excelente descrição da conjuntura a partir da análise do caminhar das políticas de saúde dentro do Estado de exceção em que o país se encontra. O autor considera as diretrizes dos modelos de atenção da rede de atenção psicossocial e da lógica da Redução de danos.

Ainda dentro da perspectiva da saúde, Monique Batista do Nascimento discute, em seu artigo **Criminalização das drogas e controle social: o papel da medicina na formação da moralidade burguesa**, sobre o impacto do discurso médico ortodoxo na criação de uma representação social moralizante frente ao uso de drogas.

Na seção de **Ensaio**, Matheus Nunes apresenta o texto **A dependência como metáfora**. Característico dessa modalidade, o autor desenrola a escrita de forma livre e vívida sobre a estigmatização das pessoas portadoras de Hepatite C e a consequente estigmatização das pessoas que fazem tratamento.

Na seção de **Resenhas**, temos o trabalho **Em um relacionamento sério com as drogas: sobre os sentidos alternativos da dependência química**, de Fillipi Lúcio Nascimento, que apresenta uma resenha do texto de autoria de Rashi Shukla, *Methamphetamine: a lovestory* (2016). Fillipe debruça-se sobre o fenômeno do uso de anfetaminas por pessoas que vivem em contextos rurais nos Estados Unidos.

João Mauricio Gimenes Pedroso, em **Redução de danos para usuários de substâncias psicoativas estimulantes: uma resenha**, debate o texto *Limites da correria: redução de danos para pessoas que usam estimulantes* (2019), de autoria de Rafaela Rigoni, Joost Breeksema e Sara Woods. João apresenta o estudo sobre as ações e estratégias para redução de danos de



usuários de estimulantes não injetável em diversos lugares do mundo.

Ronaldo Martins Gomes conduz uma brilhante **Entrevista**, intitulada **O debate dos psicoativos nas ciências sociais: uma entrevista com Maurício Fiore**. Antropólogo e especialista na temática, Maurício apresenta um importante panorama sobre o debate público contemporâneo sobre as drogas.

Na seção de **Relatos de pesquisa**, o relato feito por Larissa Ribeiro Pinto Consoli e João Angelo Fantini, **Estudo comparativo sobre as consequências clínicas e sociais decorrentes das legislações sobre drogas ilícitas em Portugal e no Brasil**, apresenta uma perspectiva psicanalítica e a compreensão sobre toxicomania. Segundo os autores, a experiência da descriminalização dos usuários de drogas em Portugal teve efeitos de diminuição dos encarceramento.

Na seção de **Artigos** de temática livre, apresentamos o texto de Eduardo Rumenig Souza, intitulado **Fluxos e itinerâncias dos usuários de crack em São Paulo: impactos do Programa municipal De Braços Abertos**. O autor explora os impactos desse Programa no atendimento aos usuários de crack socialmente vulneráveis.

Marta Maria de Valeriano, em **Trabalhadoras domésticas que moram no local de trabalho: trabalho, trajetórias e migração**, aborda as condições de trabalho, moradia e relacionamento com a família contratante na cidade de Goiânia-GO.

Em **Possibilidades conceituais da Sociologia das Ausências em contextos de identidades subalternas**, Filipe Antonio Ferreira da Silva e Allene Carvalho Lag analisam as contribuições do pensamento de Boaventura de Sousa Santos a partir da Sociologia das Ausências no cenário contemporâneo da revolução de identidades subalternas.

Cleiton Ferreira Maciel Brito e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel, no texto **"Livrai-nos do mal": a secularização e o "espírito" do fundamentalismo evangélico**, debatem o fundamentalismo religioso no Brasil como forma de construção de identidades sociais.

Por fim, em diálogo com o tema do nosso Dossiê, a **Imagem de Capa** intitulada **Entre caminhos** (2020) foi desenhada digitalmente por Marina Longo Parsekian. A imagem teve como inspiração sua formação em Arquitetura e buscou revelar por meio de camadas sobrepostas, o horizonte caótico de complexidades a serem enfrentadas pelas situações adversas, ao mesmo tempo, que aparecem os caminhos como elementos organizadores e de reflexão deste cenário.

Boa leitura!



Referências bibliográficas

ESCOHOTADO, Antonio. **História general de las drogas**. 7ed. revista y ampliada. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

RIGONI, Rafaela; BREEKSEMA, Joost; WOODS, Sara. **Limites da Correria: redução de danos para pessoas que usam estimulantes**. Recife, Escola Livre de Redução de Danos, 2019.

SHUKLA, Rashi. **Methamphetamine: a love story**. Berkley: University of California Press, 2016.

Como citar este prefácio:

GOMES, Ronaldo Martins; PEDROSO, João Mauricio Gimenes; BRED A, Thalles Vichiato. Entre avanços e retrocessos: o que esperar da Política Nacional sobre Drogas do Brasil?. **Áskesis**, São Carlos - SP, v.8, n.2, p. 11 - 15, jul./dez.2019.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/8219.571>